

TRANSALVADOR: A CARA DA TERCEIRIZAÇÃO

Entenda porque a ASTRAM tem combatido fortemente a atual gestão da TRANSALVADOR



A atual gestão da Transalvador tem promovido uma maquiavélica e danosa terceirização na autarquia entregando a iniciativa privada, através de contratos milionários, diversas atribuições de caráter específico, que não podem ser delegadas a terceiros. Entendemos que a frente da Transalvador deva ter gestores de perfil técnico, com responsabilidade no cumprimento da legislação de Trânsito e que possamos garantir a mobilidade dos soteropolitanos com um serviço de qualidade e segurança tendo como principal objetivo a preservação da vida. No entanto o que temos visto é uma desenfreada vontade de abastecer o cofre único do município com recursos da Transalvador, por isso, trazemos aqui alguns exemplos de como a terceirização tem prevalecido na atual gestão.



Conjunto Semafórico da Região do Iguatemi - Foram investidos R\$ 15 milhões na colocação dos diversos semáforos nessa região, que é o coração da cidade, e a equipe semafórica da Transalvador é proibida de fazer qualquer tipo de intervenção nos semáforos deixando tudo a cargo da empresa terceirizada.

Operação de radares fixos e estáticos - Mais uma vez a atual gestão da Transalvador entrega a outra empresa terceirizada, pela bagatela de R\$ 50 milhões, a operação, captura, manipulação e processamento das imagens de veículos flagrados infringindo a legislação de trânsito, num flagrante desrespeito ao Código de Trânsito Brasileiro e suas resoluções. Com isso, a empresa terceirizada passa a ter controle total das imagens que vão gerar multas aos condutores. O fato é que uma das mais sérias e importantes fontes de receita da Transalvador está sendo controlada por uma empresa terceirizada. Tal prática já foi denunciada ao Ministério Público.



Legalidade na instalação de radares e das multas aplicadas - A maioria dos radares instalados na capital baiana não respeita a resolução 396/2011 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). De acordo com a resolução, é obrigatório um estudo técnico para justificar a instalação de radares nas vias públicas. Neste estudo devem constar informações como: Número dos acidentes no local; Histórico descritivo das medidas de engenharia adotadas antes da instalação; Visibilidade do equipamento; Disponibilidade dos referidos estudos ao público na sede do órgão, dentre outros.



Após esta denúncia ganhar destaque nacional no Jornal da Record, a gestão da Transalvador disse estar tranquila quanto à instalação dos radares, esquecendo apenas de informar a população onde se encontram os estudos técnicos necessários para instalação dos mesmos e sem responder de forma clara o porquê de tanto radares serem instalados atrás de árvores e postes. Exigimos que a transparência seja exercida de fato, afinal, a lei tem que ser respeitada pelos cidadãos e também pela administração pública. A instalação de radares escondidos, com o aval da Transalvador, e a legalidade das multas aplicadas pelo mesmo já foi denunciada e questionada ao Ministério Público.

Talão Eletrônico e Sistema de Controle - Numa licitação de R\$ 33 milhões a atual gestão da Transalvador contratou uma empresa terceirizada para fornecer smartphones e software para implantação do talão eletrônico na fiscalização de infrações e sistema de controle. Coincidentemente, a empresa vencedora desta licitação, já levou outras diversas licitações desde a extinta SET, num claro jogo de cartas marcadas.

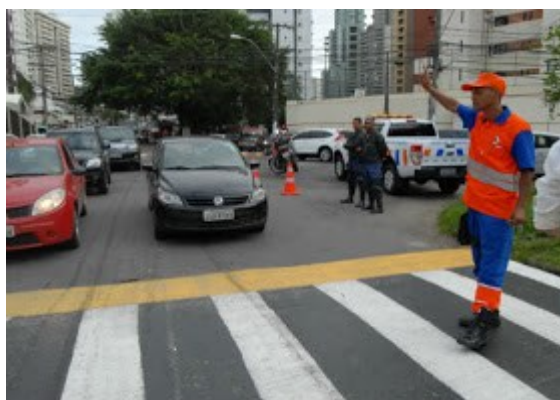


O que imaginávamos ser um avanço, na prática tem se mostrado uma ferramenta de controle com performance limitada. A limitação do sistema é tanta que os supervisores ficam criando grupos no WhatsApp e até perguntando via rádio quantos autos o agente lavrou no seu turno de trabalho, o que tem caráter conflituoso do ponto de vista legal. Sem contar que o principal

usuário do sistema, o agente de trânsito, não foi convidado a participar de forma adequada da construção desse software.

Pátio de guarda dos veículos removidos – Não achando pouco os milhões pagos as empresas de semáforos e dos radares, a atual gestão da Transalvador resolveu entregar a uma empresa terceirizada a guarda de veículos removidos em via pública por infração de trânsito, pelo montante de R\$ 50 milhões. O que chama atenção é a Transalvador receber apenas 10% do valor pago pelos condutores dos veículos removidos. Deixando, por incrível que possa parecer, 90% dessa receita nas mãos do empresariado.

No nosso entendimento, o que deveria ser feito era a aquisição de espaço, dotado de segurança e câmeras, mantendo o serviço de guarda dos veículos sob o domínio da Transalvador, assim toda a arrecadação ficaria com o município e não com empresa terceirizada. Essa é mais uma clara demonstração da entrega à iniciativa privada das atribuições da Transalvador favorecendo empresários do ramo e esvaziando função da autarquia.



Monitores de Trânsito - De forma obscura a atual gestão da Transalvador começou a credenciar diversas “empresas terceirizadas”, escolhidas a dedo, inclusive uma vinda do Rio de Janeiro e com histórico negativo em outras licitações relacionadas a trânsito pelo país, para prestar serviço de apoio ao trânsito em locais de obra. No entanto, o que presenciamos no dia a dia é a infestação de diversos monitores ocupando o espaço do Agente de Trânsito em eventos como Festival de Verão e shows no Wet’n Wild, dentre outros, conforme aconteceu neste ano, usurpando

nossa função e desviando o objetivo inicial dessas empresas que já prestam serviço de forma irregular numa clara tentativa de acabar com o servidor operacional, ou seja, cada dia existe menos Agentes de Trânsito nas ruas e cresce a presença dos monitores nos quatro cantos da cidade. Sem contar os valores que estão deixando de ser arrecadados com eventos pela autarquia através dos serviços com preço público. Tal prática já foi denunciada ao Ministério Público.

Fim do Concurso Público - A cada dia estas empresas terceirizadas tem tido mais espaço dentro da Transalvador e temos a certeza que o objetivo dessa gestão, com o término ou diminuição das obras pela cidade, é aproveitar estes monitores em via pública, acabando com o concurso público para Agente de Trânsito. Sabemos que nessas empresas terceirizadas circulam milhões de reais, temos como exemplo o recente episódio ocorrido na Secretaria de Gestão do Município, que culminou com a exoneração do Secretário envolvido num escândalo de corrupção de mais de R\$ 40 milhões, que está sendo devidamente investigado pelo Ministério Público. Esperamos que o MP também aprofunde as investigações nos contratos das situações citadas, fatos estes devidamente já denunciados as autoridades fiscalizadoras competentes.



Farra na locação de veículos - No rol das diversas irregularidades praticadas pela atual gestão da Transalvador, também destacamos a farra da locação de veículos na Transalvador. São irregularidades nos contratos de locação de veículos, na manutenção e renovação da frota, no fornecimento das motocicletas (modelo com cilindrada inferior a exigida em contrato), no pagamento integral das faturas, na ausência de

veículos reservas nos casos de manutenção, cessão de motocicletas pagas pela Transalvador a assistência militar do prefeito, enquanto faltam motocicletas para o trabalho diário, fatos que configuram claramente crime Improbidade Administrativa. O fato é que a prefeitura prefere priorizar empresas terceirizadas ao invés de prestar um bom atendimento a população, tal prática já foi denunciada ao Ministério Público.

Condições de Trabalho – Enquanto milhões de reais são entregues a empresas terceirizadas, numa obsessão da atual gestão em acabar com o serviço público, nós, Agentes de Trânsito, sofremos com a falta de investimento em melhorias das nossas condições de trabalho. Faltam equipamentos para realização de Blitz de Alcoolemia, Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), muitos servidores como os motociclistas compraram equipamentos como luvas, cotoveleiras, joelheiras e até capacetes com dinheiro do próprio bolso. Os computadores de última geração não chegaram para uso no ambiente administrativo e continuamos vivendo uma realidade maquiada, muito diferente dos comerciais da televisão.

A Transalvador vive hoje uma situação financeira positiva em contrapartida temos o valor da nossa Operação Especial sem reajuste há quatro anos. Essa falta de investimentos nas melhorias das condições de trabalho, também já foi denunciada ao Ministério Público do Trabalho que abriu um Inquérito Civil sobre o caso que está sob investigação.



Agressões a servidores - Nos últimos três anos, vimos aumentar bastante o número de agressões aos Agentes de Trânsito e Transporte e, em contrapartida, pouquíssimas ações da autarquia para coibir tais ações. Existem mais de 100 ações na Justiça devido a agressões contra agentes de trânsito nas ruas que até agora não deram em nada e é essa impunidade que faz com que elas continuem. A ASTRAM fez o estudo técnico, que foi enviado à Superintendência da Transalvador, para implantação do Taser e outros equipamentos de proteção individual. O intuito é que os agentes de trânsito possam inibir possíveis agressores, podendo assim desempenhar sua atividade com maior tranquilidade e eficiência. Infelizmente, até a presente data, não temos nenhuma posição da autarquia quanto à aquisição destes equipamentos.

Na Câmara de Vereadores de Salvador está em tramitação o projeto de lei n. 368/2015, de autoria do vereador Leo Prates (DEM), que visa garantir o porte de armas não letais aos agentes de trânsito da Transalvador. De acordo com o projeto, através de um convênio com a Polícia Militar ou a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) os agentes de trânsito receberiam treinamento para poderem utilizar armas de choque, cassetete, spray de pimenta, gás lacrimogêneo, cassetetes ou até algemas e assim garantir a sua integridade. Os objetos se enquadrariam como "instrumentos de menor potencial ofensivo".



Postura Antissindical e Assédio Moral - Após protocolarmos uma representação no Ministério Público do Trabalho, Órgão Federal, a entidade instaurou Inquérito Civil para investigação na Transalvador. As denúncias feitas tem foco na postura antissindical e assédio moral organizacional praticado pela atual gestão da Transalvador a servidores engajados na luta pela melhoria das condições de trabalho. Nas denúncias ainda constam irregularidades como não fornecimento de EPI's aos trabalhadores e Improbidade Administrativa.

Ressaltamos que, apesar da atual gestão da Transalvador tentar colocar empecilhos, o movimento de organização e reivindicação do trabalhador é legítimo e garantido pelo oitavo artigo da Constituição Federal, portanto, não iremos aceitar qualquer tipo de coação. Continuaremos vigilantes e combativos na nossa missão de defesa dos direitos servidores em Transporte e Trânsito.



Posicionamento da ASTRAM - Esses são alguns dos motivos que tem levado a ASTRAM a ter uma postura ainda mais combativa contra a atual gestão da Transalvador e de protocolarmos diversas denúncias de irregularidades praticadas por esses gestores. Não permitiremos o enfraquecimento do serviço público, a precarização das condições de trabalho e a crescente terceirização na Transalvador, numa clara demonstração de favorecimento a empresários, num jogo de Toma Lá da Cá, já muito conhecido.

É por essas questões que convocamos os servidores da Transalvador e a sociedade soteropolitana como um todo, para fazer uma análise do que têm ocorrido nos últimos anos nessa atual gestão da Transalvador, antes que seja tarde demais.

Vamos, junte-se a nossa luta antes que Salvador seja toda privatizada